



INICIATIVA  
Prefeito José Ribeiro F. Júnior  
Câmara Municipal de Cabedelo-PB  
Rosa Heliana Duarte  
VISTO

## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

Lei Nº 1011

Cabedelo-PB, 31 de Janeiro de 2001.

Câmara Municipal de Cabedelo-PB  
PUBLICAÇÃO  
Diário Oficial do Estado do  
data: 15/02/2001  
VISTO

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO XI DO ART. 83 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL C/C O INCISO IX, DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELO, Estado da Paraíba.

Faço saber que o Poder Legislativo Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração direta municipal, poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, mediante contrato administrativo padronizado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

**Parágrafo único.** Para os efeitos deste artigo será considerado como de excepcional interesse público o atendimento dos serviços que, por sua natureza, tenham características inadiáveis e deles decorram ameaça ou prejuízo à vida, à segurança, à continuidade de obras e a subsistência, bem como, atividades relacionadas com as áreas de educação, saúde, telefonia, informática e administração em geral.

**Art. 2.º.** Considera-se como excepcional interesse público, as contratações de pessoal, que visem;

- I – ao atendimento de situações de calamidade pública;
- II – o combate a surtos;
- III – a promoção de campanhas de saúde pública;
- IV – a implantação e manutenção de serviços essenciais à população, especialmente à continuidade de obras e a prestação dos serviços de segurança, saúde, educação, água, energia, limpeza pública, telefonia, transportes públicos;
- V – a execução de serviços técnicos, fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras e serviços;
- VI – o suprimento de docentes em salas de aula, de pessoal especializado nas áreas de saúde e informática, bem como na execução de serviços de creches



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO**

públicas, nos casos de licença para repouso à gestante; nos casos de licença para tratamento de saúde; licença por motivo de doença em família; licença para tratamento de interesse particular, licença em caráter especial (prêmio), exoneração, demissão, aposentadoria e falecimento.

**Art. 3º.** As contratações serão feitas por tempo determinado de até, no máximo, doze meses. Prorrogável uma vez, por igual período.

**Parágrafo único.** A vinculação contratual extingue-se automaticamente pelo decurso do prazo lançado no contrato respectivo, sem quaisquer outras formalidades

**Art. 4º.** As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante assinatura do Prefeito ou Presidente da Câmara Municipal, quando for o caso, no respectivo instrumento de contrato.

**Parágrafo único.** Os contratos de que trata o “caput” deste artigo deverão ser publicados, sob a forma de resenha, no Quinzenário Oficial do Município, e deles será dado conhecimento ao Tribunal de Contas.

**Art. 5º.** O pessoal contratado, em regime especial, nos termos desta Lei é contribuinte obrigatório do REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS.

**Parágrafo único.** Os benefícios previdenciários do pessoal contratado serão devidos e pagos pelo Regime Geral da Previdência Social- RGPS.

**Art. 6º.** Para a contratação de pessoal, que somente poderá ser feita com a existência de recursos orçamentário próprios, serão exigidos os seguinte documentos, comprobatórios de:

- I – nacionalidade brasileira;
- II – ser maior de 18 (dezoito) anos de idade;
- III – estar em dia com as obrigações militares;
- IV – estar em gozo dos direitos políticos;
- V - ter boa conduta
- VI - gozar de boa saúde
- VII - ter os títulos específicos ou profissionais que comprovem a habilitação para o desempenho de função técnica.

**Parágrafo único.** Os documentos referidos ao inciso VI serão expedidos através do Serviço de Biometria Médica do Município.

**Art. 7º.** É vedado o desvio de função de pessoa contratada nas condições desta Lei, sob pena de nulidade do contrato, com a conseqüente responsabilidade administrativa da autoridade que permitir ou autorizar tal distorção funcional.

**Art. 8º.** O pessoal contratado fará jus:





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO**

I – ao estipêndio fixado no respectivo contrato, que não poderá ser inferior ao salário mínimo nacionalmente fixado por lei federal, reajustado no mesmo período e nos índices gerais conferidos aos servidores públicos civis do município, nem superior ao valor da remuneração paga a servidor do quadro de pessoal do município que desenvolva função semelhante;

II – diárias, quando o admitido se ausentar do município por mais de 24 (vinte quatro horas), à serviço;

III – os direitos previstos para os servidores municipais de que trata o inciso II, do art. 89 Lei Orgânica Municipal.

**Art. 9º.** A rescisão contratual, sem direito a indenizações, ocorrerá:

I – a pedido do contratado;

II – a critério da administração, em razão do interesse público ou quando o contratado não corresponder ou desempenhar insatisfatoriamente as atribuições que lhe forem conferidas.

**Parágrafo único.** Ocorrerá a rescisão unilateral do contrato, quando o contratado:

I – incorrer em responsabilidade civil ou administrativa;

II – ausentar-se injustificadamente do serviço;

III – faltar ao serviço sem causa justificada;

IV – faltar com respeito aos superiores hierárquicos e colegas de trabalho;

V – praticar a usura em qualquer de suas formas;

VI – receber comissões ou vantagens de qualquer espécie em razão da função para qual foi contratado;

VII – empregar material, bem como equipamento, sob sua responsabilidade, em atividade diversa da que foi autorizado a praticar.

**Art. 10.** Compete ao Prefeito Municipal ou ao Presidente da Câmara, quando for o caso, a rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no artigo anterior.

**Art. 11.** O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenização, pelo término do prazo contratual.

**Art. 12.** É vedado ao pessoal contratado nos termos desta Lei, sob pena de imediata rescisão do contrato;

I – ser nomeado ou designado, ainda que, a título precário ou em substituição para o exercício de cargo de provimento em comissão ou função de confiança;

II – ser novamente contratado com fundamento nesta Lei, antes de decorridos doze meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo na hipótese prevista nos incisos I e II, do art. 2º.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO**

**Art. 13.** O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos da presente Lei, será contado para todos os efeitos.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 15.** Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo(PB), aos 31 de Janeiro de 2001; 180º da Independência, 113º da Republica e 46º da Emancipação Política Municipal.

  
**JOSÉ RIBEIRO FARIAS JÚNIOR**  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial  
Do dia 08.02.2001  
Republicada por incorreção